

Sumário-Executivo

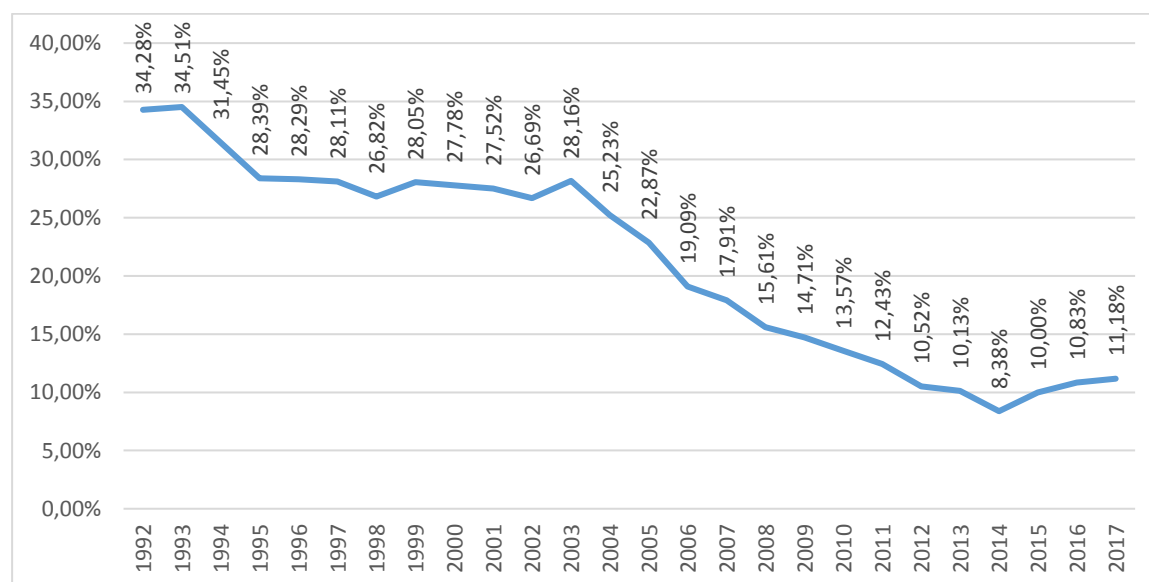
Qual foi o Impacto da Crise sobre Pobreza e Distribuição de Renda?

Marcelo Neri¹

Este trabalho analisa as mudanças observadas nos últimos anos na pobreza e na distribuição de renda.

Pobreza – Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3% no Brasil, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Infelizmente, a crise não acabou em 2015, quando a saga relatada na PNAD tradicional se encerra. Nossos cálculos revelam que desde o final de 2014 até final de 2017 o aumento de pobreza foi de 33%, passando de 8,38% a 11,18% da população brasileira. Este contingente representa 23,3 milhões de pobres no país, um grupo maior do que a população chilena. Ele é resultado da adição de 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais².

Gráfico 1 - Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres % - Série Harmonizada



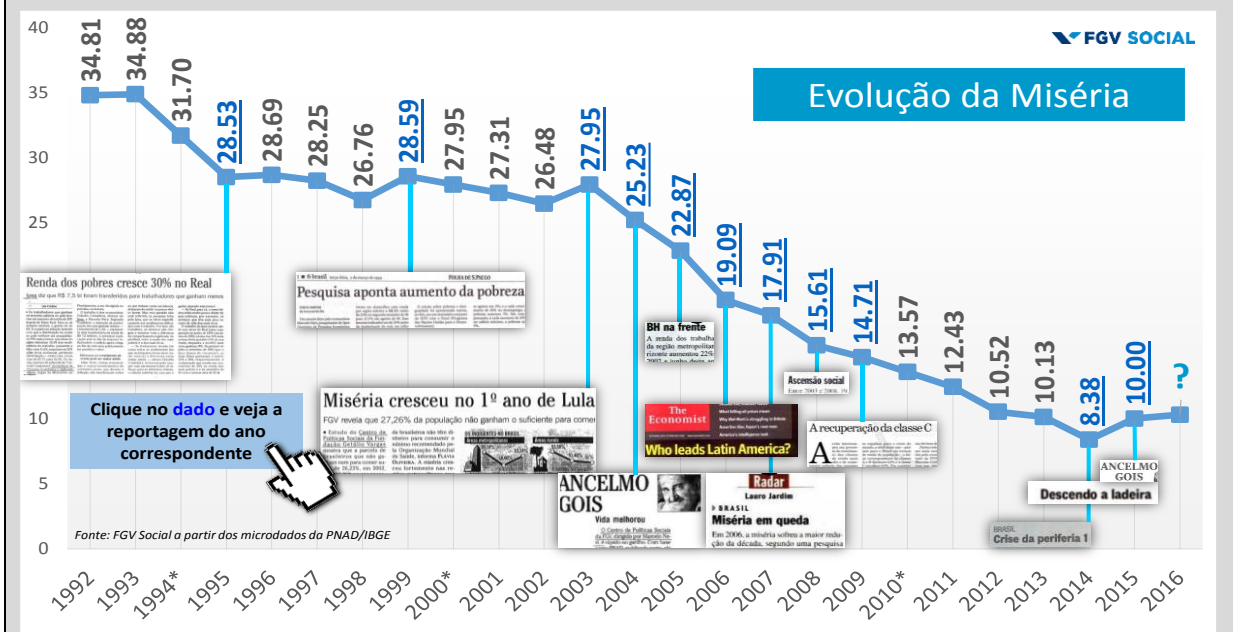
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE²

¹ Diretor do FGV Social/CPS. Professor da EPGE da Fundação Getulio Vargas. marcelo.neri@fgv.br

² A linha de pobreza é a da FGV Social, cujo valor em Agosto de 2018 corresponde a 233 reais mês por pessoa. Este movimento de empobrecimento inclui o aumento de 19,3% da pobreza entre 2014 e 2015 pela PNAD antiga, 3,2% de aumento entre 2016 e 2017 da PNAD Anual e mais 8,33% de incremento entre 2015 e 2016. Este período corresponde a uma espécie de elo perdido entre as duas modalidades de pesquisas, dada a mudança realizada. Neste interregno, projetamos através da decomposição de Datt e Ravallion tradicional ajustada por números da PNAD Continua trimestral, que é a única pesquisa disponível que cobre a transição entre 2015 e 2016.

Evolução da Miséria

Apresentamos no gráfico a trajetória dos indicadores de pobreza nos últimos 25 anos. Essas informações foram divulgadas, em primeira mão, através do FGV Social em diferentes momentos e meios de comunicação. Para saber o que aconteceu em cada ano, basta clicar no ponto específico da série.



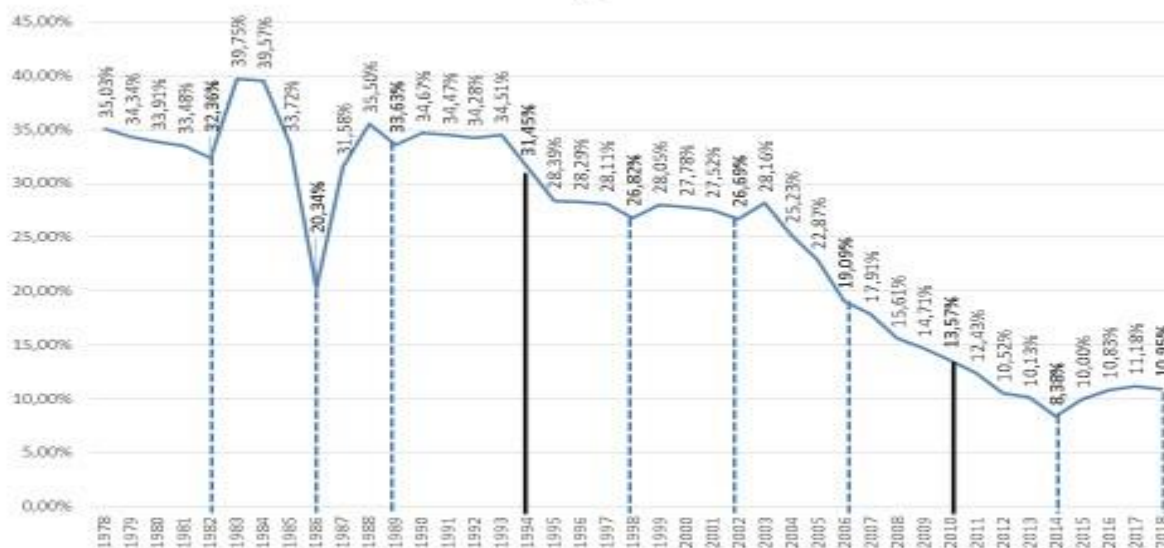
<https://cps.fgv.br/revelando-em-1a-mao-inflexoes-da-pobreza>

Ciclos Eleitorais - A literatura sobre ciclos eleitorais descreve o comportamento de políticos que embelezam seus sucessos em anos de eleição, de forma a influenciar os resultados do pleito, e no ano seguinte apresentam ajustes na economia, gerando o resultado oposto.

A PNAD tradicional coletava os dados no começo de outubro data próxima a da realização do primeiro turno em anos eleitorais. A PNAD não coletou dados em 1994 e em 2010, então não foi possível capturar os efeitos completos dos ciclos associados a esses dois episódios, marcado com linhas inteiras na figura abaixo.

A figura abaixo demonstra que de todas as sete eleições já realizadas, captadas e marcadas com linhas verticais pontilhadas, a pobreza cai em todos os anos eleitorais e sobe em todos os anos eleitorais, com exceção de 2007. A queda média de pobreza em ano eleitoral foi 12,82% e o aumento no ano pós eleitoral foi de 14,92%. Se tirarmos o ano de 1986 da amostra que corresponde ao ano do Plano Cruzado, onde o ciclo eleitoral foi mais marcado a queda de pobreza foi de 8,34% ano eleitoral seguido de aumento médio de 8,2% em anos subsequentes.

Pobreza e Eleições - % Pobres



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE. A linha de pobreza é a da FGV Social, cujo valor em Agosto de 2018 corresponde a 233 reais mês por pessoa.

Na figura acima acrescentamos os dados das séries harmonizadas desde 1978. Incorporamos nossa projeção usando para o ano de 2018 de pobreza que atinge 10,95%, uma queda de 2,057% em relação a 2017³. Realizamos também um exercício simples de projeção para 2030 onde mantemos constante a desigualdade de 2018 e acrescentamos crescimento de renda total em 2,50% ao ano até 2030 que é a projeção mediana de crescimento do PIB pelo Boletim Focus do Banco Central até 2021. Neste cenário em 2030 a pobreza voltaria apenas a 8,2% o que corresponde a níveis próximos aos de 2014. Em suma estamos falando de uma década e meia perdida no combate a pobreza. Este exercício ilustra a importância não só do combate à desigualdade de renda como de políticas voltadas aos mais pobres.

Eleitor Mediano - De acordo com a literatura de economia política, os resultados das eleições são influenciados pelo eleitor mediano daí a opção de usar aqui a renda mediana. De oito eleições analisadas, nos anos eleitorais houve oito aumentos reais na renda mediana, enquanto nos anos imediatamente após as eleições, foram sete diminuições. Observando o período entre 1981 e 2013, nos anos de eleição, o crescimento real médio da renda mediana foi de 11,33% enquanto, nos anos seguintes àqueles em que ocorreram os pleitos, a queda líquida foi de -7,3%.

³ Esta projeção usa a mesma metodologia da interpolação de 2016 usa como parâmetros o crescimento da renda per capita do trabalho da PNAD Continua Trimestral de 1,66% no segundo trimestre de 2018 comparado ao mesmo trimestre de 2017, além de dados administrativos que incluem o reajuste de 5,67% do Bolsa Familia liberado em Julho de 2018, o reajuste de 1,81% do salário mínimo e projeções de inflação (IPCA) e do PIB pela mediana de crescimento de 1,4% em 2018 do boletim Focus do Banco Central de setembro de 2018.

Resultados qualitativamente semelhantes foram encontrados nas estatísticas relacionadas com a pobreza.

Fizemos uma análise do mecanismo que conecta as eleições com as mudanças no contexto social brasileiro de 1992 a 2006, usando equações de renda para diferentes fontes de renda. Os aumentos de renda foram maiores nos anos de eleição, caracterizando o ciclo eleitoral. Naqueles anos, em média, a renda oriunda de programas sociais teve o maior aumento (22,57%), seguido dos benefícios da previdência social (10,51%) e da renda do trabalho em geral (3,16%).

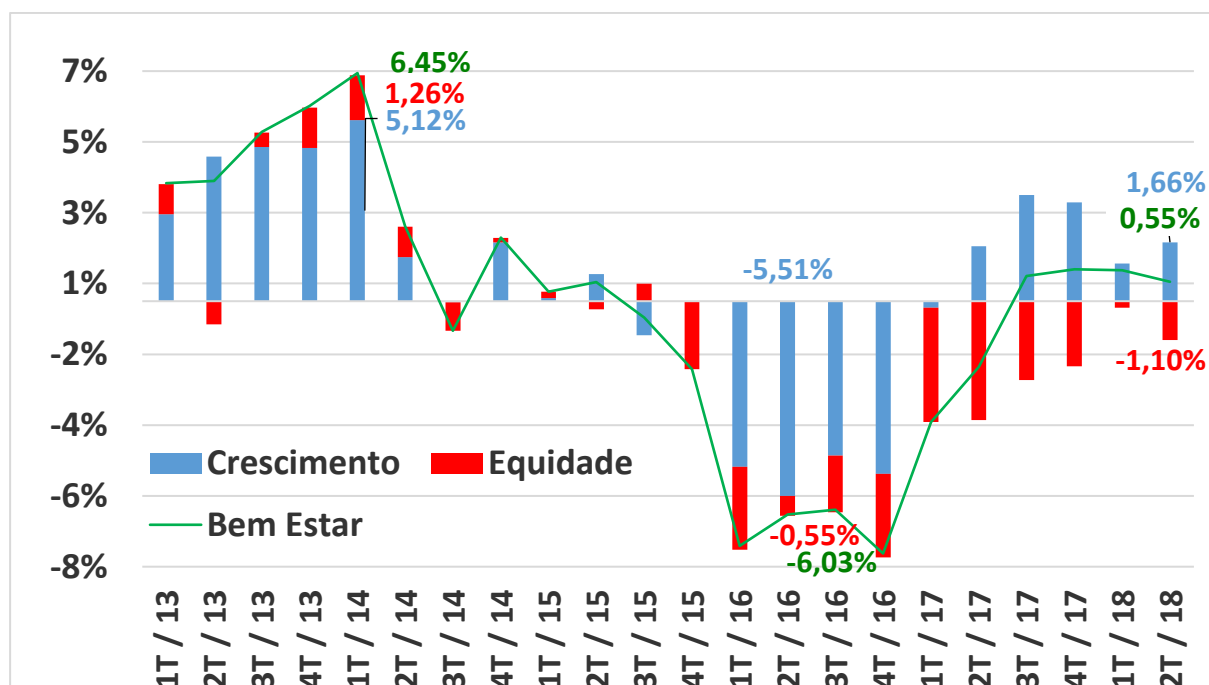
Finalmente, apesar de a renda familiar *_per capita_* suavizar os efeitos examinados aqui, a renda das pessoas em idade eleitoral aumentou mais em anos de eleição do que a renda de crianças e adolescentes que não participam diretamente do pleito. Nesse caso, os maiores ganhos relativos vêm de programas sociais: durante os anos eleitorais essa fonte de renda aumenta em 3,43% a mais para pessoas na condição de eleitores do que para crianças e adolescentes que estão abaixo da idade para votar. A previdência social acompanha essa tendência com um aumento relativo de 2,74% para eleitores, seguido por efeitos indiretos da renda oriunda do emprego, que corresponde a um aumento de 1,27%. Esses números indicam que a extensão dos programas de transferência de renda está ligada ao ciclo eleitoral. Isso cria uma objeção aos CCTs em termos de oportunismo político.

Distribuição de Renda do Trabalho Per Capita - Trabalhamos com a PNADC trimestral para monitorar a evolução distributiva trabalhista. Usamos o conceito de renda habitual pela sua maior estabilidade ao longo do tempo, seja em relação a mudanças implementadas na mesma base, seja em relação a PNAD tradicional. A fonte central é a PNADC trimestral pelo maior avanço no tempo em relação as alternativas disponíveis. Na opção adotada temos uma defasagem média de processamento dos microdados de cerca de 2 meses em relação as mudanças observadas. Se a opção fosse usar a renda efetiva perderíamos um mês adicional, além de adicionar mais volatilidade e sazonalidade às séries. Se a opção fosse usar a PNADC em bases anuais multiplicaríamos por quatro a defasagem. Por outro lado, a PNADC anual divulgada a cada 12 meses permite avançar nas outras fontes de renda. No apêndice apresentamos a evolução de medidas alternativas baseadas em outros conceitos de renda e outras pesquisas. A PNADC trimestral, restrita a renda do trabalho, formal e informal, permite detalhar algumas das causas próximas da dinâmica do bem estar social, leia-se renda média e desigualdade.

Senão vejamos: no gráfico da PNADC observamos reversão do crescimento de 12 meses da renda média de 5,12% no primeiro trimestre de 2014 para uma queda na ordem de 5,51% em meados de 2016, desacelerando a queda que é gradualmente revertida até 2017. No segundo trimestre de 2018 a renda média cresce 1,66% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

De maneira geral, o comportamento da equidade alavanca os efeitos do boom seguido da estagnação pretéritas sobre a pobreza e o bem-estar social. A equidade cresceu até 2014, mas desde o final de 2014 vem jogando contra bem-estar geral da nação. Em termos de variação de 12 meses, retratada no gráfico abaixo, a desigualdade de renda vai completar 3 anos de alta, fato que não acontecia desde 1989, nosso recorde histórico.

Gráfico 2 - Crescimento, Equidade e Bem Estar Social Trabalhista – Taxas Anuais



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE⁴.

O gráfico 3 abaixo ilustra as séries em níveis da desigualdade. O aumento do índice de Gini trabalhista de 0,028 pontos segue um ritmo 50% mais acelerado que a queda observada no período histórico de redução da desigualdade entre 2001 e 2014. O gráfico 4 revela uma grande queda de renda per capita média do trabalho desde o ápice no final de 2014 até meados de 2016 quando voltamos aos níveis de 2012. De lá para cá, recuperamos 40% desta perda média. Já o bem-estar social apresentado no gráfico 5 caiu 10,6% desde 2014 até meados de 2016,

⁴ O conceito se refere à renda domiciliar per capita do trabalho habitual, formal e informal, da população entre 15 e 60 anos de idade. Oferecemos no apêndice uma análise de robustez destes resultados em relação a outras variantes de base de dados e conceitos utilizados.

regredindo a patamar similar ao de 2012. No entanto, diferentemente da renda per capita média, o bem-estar manteve-se nestes níveis desde então. Isso quer dizer que, em termos bem-estar geral da nação, não se pode falar em recuperação, mesmo que tímida. Essa aparente contradição ocorreu, pois o avanço conquistado pela renda média foi neutralizado pela alta da desigualdade.

Gráfico 3 – Evolução Recente do Gini

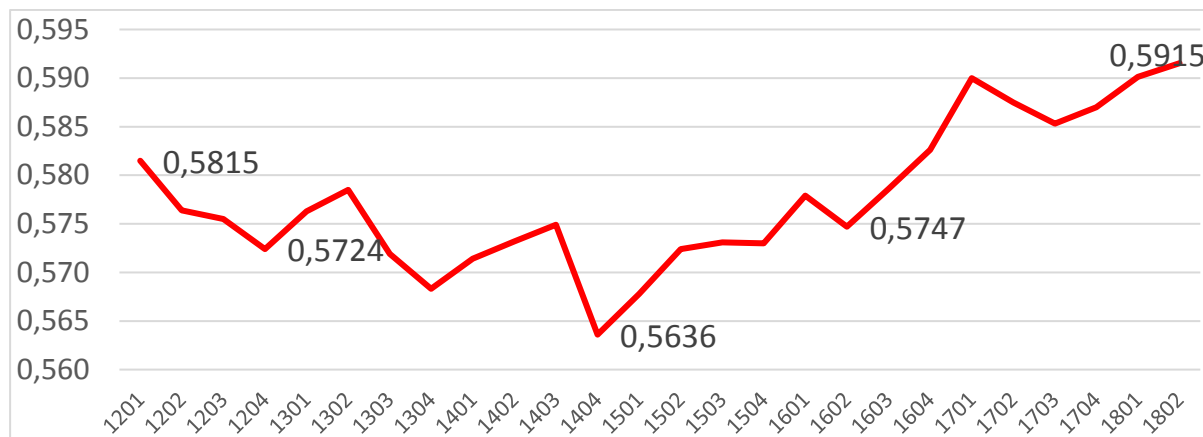


Gráfico 4 – Evolução da Média de Renda

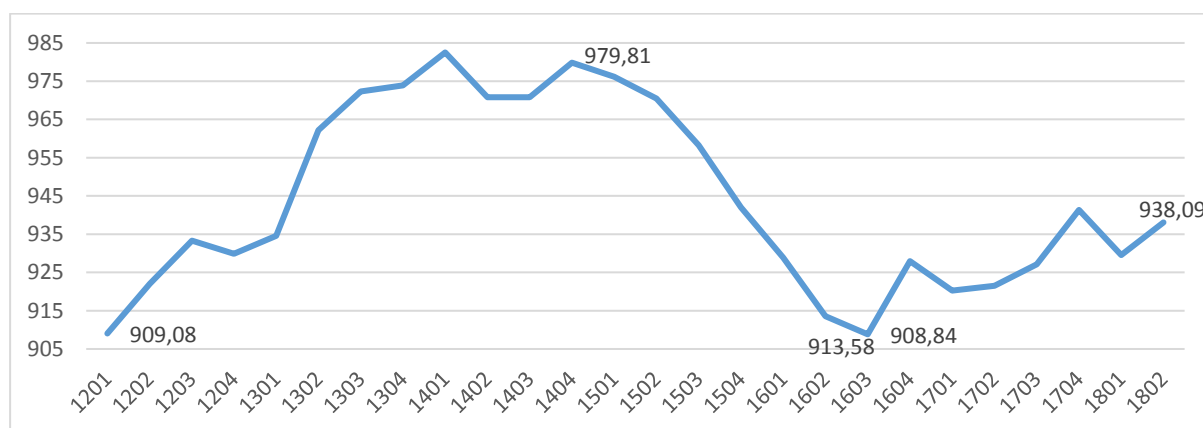
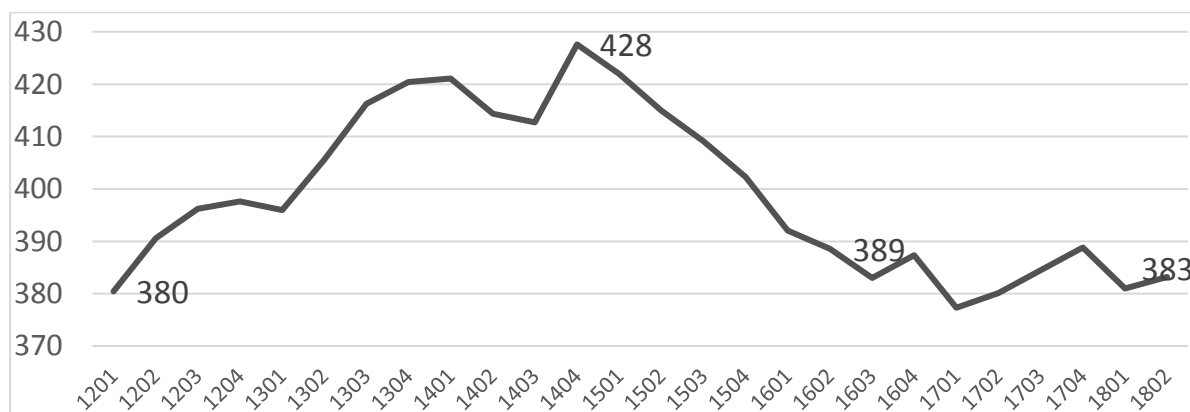


Gráfico 5 – Evolução do Bem Estar Social



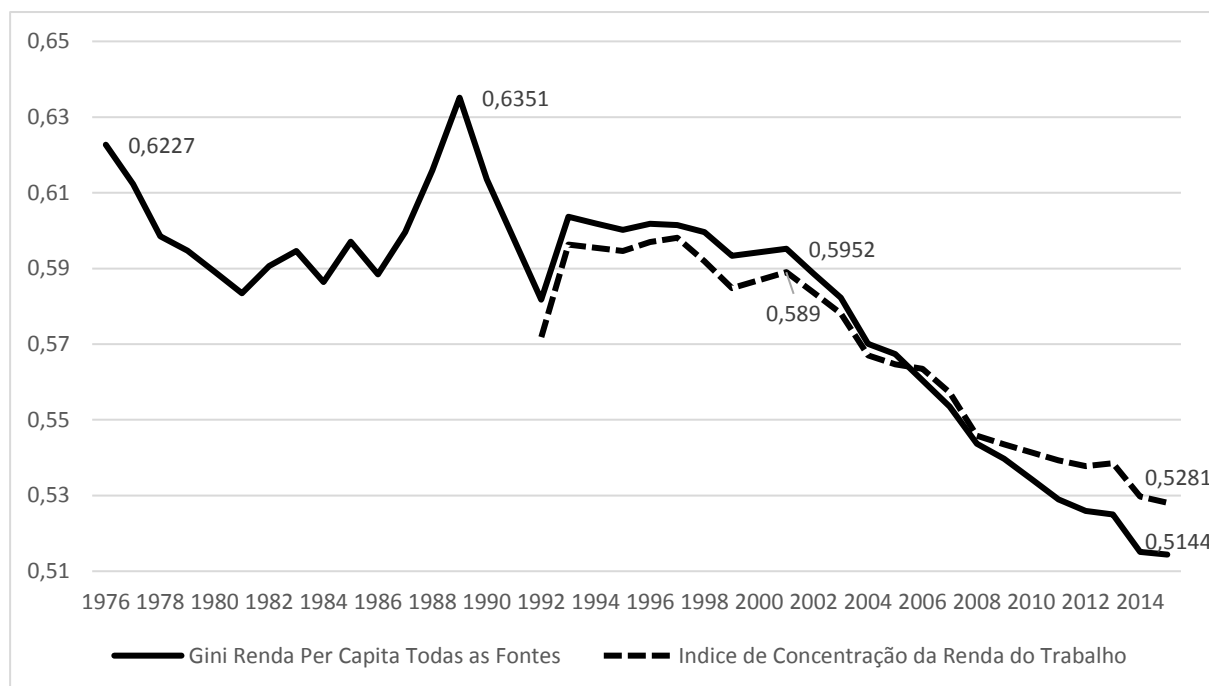
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE⁴.

/ OBS: * Renda Habitual Domiciliar Per Capita do Trabalho

Robustez - No apêndice também evidenciamos que a desigualdade e a média apresentam padrões temporais distintos nas novas pesquisas domiciliares nacionais hoje disponíveis. Esta discrepância se amplia nos anos finais das séries. Em 2017 a desigualdade apresenta incremento na PNAD trimestral mas ligeira queda ou estabilidade na PNAD anual. Em compensação a renda média apresenta em 2017 alguma recuperação na PNAD trimestral mas continuidade de queda na PNAD anual. De forma que o resultado em termos de bem estar social apresenta tendência semelhante ao longo do tempo entre pesquisas. Uma curva em forma de sino iniciada em 2012 o ápice se dá em 2014 e volta a regredir até o final das séries.

Discutimos no apêndice desta pesquisa a conexão de séries históricas face as mudanças metodológicas adicionais ocorridas no momento de transição das pesquisas o que complexifica a análise. A pergunta se refere a como dar sequência as séries de desigualdade ilustradas no gráfico 6.

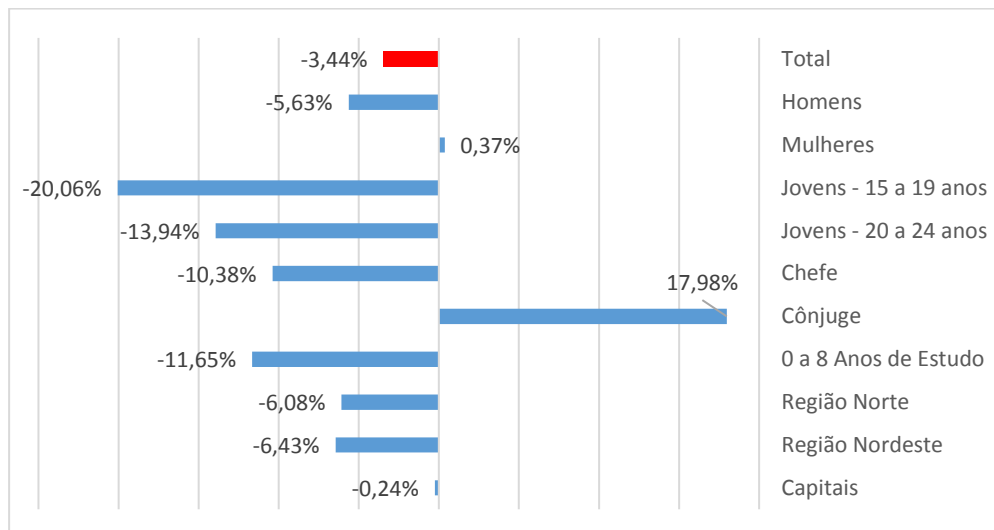
Gráfico 6 – Índices de Desigualdade



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD/IBGE

Quem perdeu mais? - Observamos essa redução em diferentes grupos, olhando por características e rendas individuais. Cada uma delas ajuda a enxergar a face humana da deterioração social [gráfico 7 a seguir]. A nova PNADC revela severa queda de renda média do trabalho entre todos em idade ativa, não restrita somente aos ocupados. Entre o segundo trimestre de 2015 e de 2018, a perda de renda média acumulada é de 3,44%. Esta perda é mais forte entre os jovens (-20,1% entre 15 e 19 anos e -13,94% entre 20 e 24 anos), entre pessoas com ensino médio incompleto (-11,65%) e entre os responsáveis dos domicílios (-10,38%).

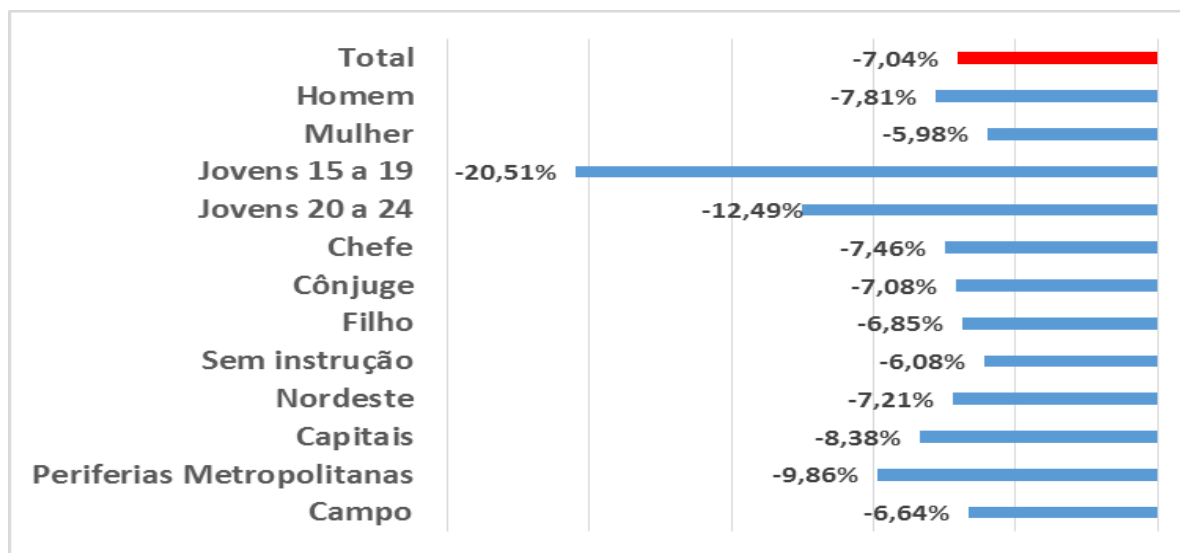
Gráfico 7 - Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho na População em Idade Ativa do Segundo Trimestre de 2015 ao Segundo Trimestre de 2018



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE⁴.

O primeiro ano da crise entre 2014 e 2015, retratado no gráfico 8, mostra uma perda em todos os grupos da sociedade, sendo as principais vítimas os jovens (-20,51% para aqueles entre 15 e 19 anos e -12,49% para aqueles entre 20 e 24 anos) e responsáveis nos domicílios. Como vimos, a crise continuou para além de 2015, quando a saga relatada na PNAD tradicional se encerra.

Gráfico 8 - Taxa de Crescimento da Renda Individual Total 2014 a 2015



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD/IBGE

Por que piorou? – A resposta curta tanto para queda da renda média como para o aumento da desigualdade e consequentemente da pobreza foi o aumento do desemprego. A desinflação ajudou a retomada renda real. No segundo trimestre de 2017 o rendimento médio do trabalho

dos ocupados cresceu 3,2 % em 12 meses. No ápice da crise, 70% da queda de renda era devido à alta inflação, depois a inflação passou jogar a favor. A partir de meados de 2017 este efeito está zerado. Em compensação o desemprego aumentou muito no início da crise e depois caiu pouco falhando em desempenhar um papel expansionista. Olhando para o período 2015 a 2018, o desemprego explica 3,99% da queda de renda contra 3,44% da totalidade da queda de renda. Em suma, o desemprego foi o principal responsável pela queda de poder de compra das famílias brasileiras, representando no último ponto uma queda de 1,9% na renda ou de 1,38% se adicionarmos o efeito aumento da participação no mercado de trabalho. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego, e por precaução reprimem a sua demanda por bens e serviços. A crise fiscal crônica agora acompanhada do teto dos gastos públicos confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer aos cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda.

Voltando à PNAD, a crise social que se manifesta no final de 2014, surge a partir de excessos e desvios de um caminho do meio onde o bolo de renda crescia com mais fermento entre os mais pobres. Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3%, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Embora a desigualdade medida por métricas usuais, como o índice de Gini, não tenha aumentado em 2015, a desigualdade relevante em termos de pobreza explodiu. Basta dizer que enquanto a média de renda caiu 7%, a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. Resultado direto do congelamento nominal do Bolsa Família em 2015, quando as taxas de inflação e de desemprego atingiram os 2 dígitos. O salário mínimo, que indexa a maior parte dos gastos sociais e previdenciários brasileiros, teve ganho real em 2015, fazendo com que a renda per capita dos grupos mais diretamente por ele afetados, entre os percentis 60 e 65 caísse menos: 3,8%. Os mais pobres tiveram a sua crise dobrada em relação à média geral da nação enquanto os brasileiros medianos tiveram a sua perda reduzida à metade.

Esta troca de menos Bolsa Família por mais gastos previdenciários foi desvantajosa em termos da trajetória do binômio social e fiscal, assim como o seu impacto sobre a demanda agregada. Em termos de multiplicadores de gasto públicos, cada real gasto com Bolsa Família disparou um multiplicador 3 vezes maior que o dos gastos previdenciários; 5 vezes maior que os do FGTS - usado em 2017 como ferramenta anticíclica; 1,68 mais que o abono salarial do PIS-Pasep - usado em meados de 2018 junto com a recomposição do valor real do benefício do Bolsa Família. Uma lição da crise atual é olharmos primeiro para os mais pobres, buscando protegê-los e assim preservando o movimento da economia como um todo. No bojo da crise de 1999, gestamos e depois parimos o Bolsa Escola federal; em meio as agruras da crise de 2003, nasceu o Bolsa Família. Na atual crise desaprendemos lições básicas.